

Entrevista com **Paula Smith Peixoto** (CRP 05/35667), psicóloga, coordenadora do Centro de Referência de Enfrentamento à Homofobia da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal e estudante do curso de especialização em Psicologia Jurídica da UERJ.

Qual o seu posicionamento com relação à criminalização da homofobia? Por quê?

Eu atuo na organização de direitos humanos Projeto Legal, que atua há 15 anos na área de infância e juventude e, desde 2007, vem atuando na perspectiva do enfrentamento à homofobia. Nós temos um Centro de Referência de Enfrentamento à Homofobia, que é uma das ações do governo federal, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos, dentro do programa Brasil sem Homofobia. Nosso Centro de Referência, especificamente, constitui-se dentro das ações do Projeto Legal e, justamente por ser uma organização de Direitos Humanos, é contra qualquer espécie de criminalização. Obviamente, nós somos favoráveis ao enfrentamento à homofobia, mas acreditamos que existem outros métodos para enfrentá-la.

Quais seriam essas formas?

Há muitas coisas a serem discutidas. Primeiro, buscar que o Estado promova ações no sentido de promover a cidadania homossexual, promover direitos que são ameaçados e violados cotidianamente, porém não pela via punitiva do Estado. Podemos cobrar inclusive leis, se formos cobrar uma jurisdicalização da nossa vida, mas que sejam leis sociais, não punitivas. Por exemplo: semana da diversidade, museus, incentivos a publicações que esclareçam a sociedade. Porque o preconceito vem muito da desinformação. Então, o Estado deveria comparecer, sim. Historicamente, as conquistas da cidadania homossexual, englobando LGBT, foram muito por conta dos movimentos da sociedade civil, falando no sentido amplo, não apenas das organizações que lidam diretamente com isso. Mas que o Estado venha a comparecer é muito importante, mas precisam ser contemplados todos aqueles eixos, não apenas o eixo de Justiça e segurança pública.

Essa visão punitiva poderia prejudicar o combate à homofobia?

Não sei se necessariamente prejudicaria, mas pode escamotear. Temos o exemplo da lei Maria da Penha - há controvérsias quanto aos efeitos que ela tem produzido, como ocorre com a própria Lei do Racismo. Houve ainda a caminhada da diversidade religiosa, também demandando a inclusão nessa Lei do Racismo. Não podemos dizer que a Lei do Racismo não fez nada, mas quem continua no Degase, por exemplo, são os mesmos jovens de classe popular e os negros. Ou seja, o país não deixou de ser racista - ele pode ter mudado sua maneira de manifestar. No caso de uma lei que venha punir atos homofóbicos, quais atos essa lei vai ser capaz de alcançar e quais outros ela não vai classificar como homofóbicos? Por exemplo, o dever que tem uma escola de debater a diversidade sexual não vai estar nessa lei.

Com relação à Lei do Racismo, muitos críticos afirmam que ela pode prejudicar o combate ao preconceito no sentido de individualizar o racismo. Você acha que pode ocorrer o mesmo com a da homofobia?

Seria mais ou menos isso. Se criamos uma lei contra a homofobia, daqui a pouco vamos demandar delegacias especializadas, criar um mundo específico para o gay. Você vai cada vez mais compartimentando a sociedade. De fato, o que o movimento reivindica é uma lei pautada em fatos concretos, de vítimas letais. O Brasil é um dos países que mais matam homossexuais. Mas outras questões que também passam pela linha de uma produção homofóbica não são contempladas na lei.

A demanda é por uma lei que dê punições diferentes quando a violência é praticada com motivação homofóbica. Mas qual o sentido de se demandar encarceramento? O que isso resolve? O Brasil é um dos países que mais prendem, ou seja, não sei se podemos falar em impunidade, mas sim em uma seletividade do sistema penal. Se você coloca o sujeito na cadeia, ele vai deixar de ser homofóbico? Provavelmente ele vai entrar na cadeia, vai sair com mais raiva, vai aprender outras coisas lá dentro, e vai agredir homossexuais que estão lá dentro, porque esses não vão ter proteção. Então, vamos demandar leis dentro do sistema penal, que sejam por um tratamento a essas pessoas. Vemos no Centro de Referência de travestis que estão sofrendo dentro do Degase. Então, é preciso olhar esse garoto no sentido de se preocupar com ele.

Como você acha devem ser tratados os atos homofóbicos?

É uma resposta difícil, pois é a velha questão de “o que fazer como pessoas homofóbicas”. Mas temos na série de pessoas discutindo isso, como Maria Lúcia Karam e Edson Passeti. Porque, de fato, os agressores estão soltos. Temos uma Justiça de classe e, para a pessoa ter acesso, precisa pagar por ela.

É interessante citar um estudo de Sergio Carrara e Adriana Viana, no qual eles pesquisaram a partir de sentenças de casos julgados, coletados por grupos de direitos homossexuais - um grupo pioneiro é o Grupo Gay da Bahia. No Rio, a Adriana Viana e o Sergio Carrara pesquisaram a partir do arquivo do grupo Agani (Associação dos Gays e Amigos de Nova Iguaçu). Claro que essa é apenas uma parte dos processos que tramitam lá, pois os casos homofóbicos não necessariamente aparecem com essa cara da homofobia - evasão escolar por preconceito, por exemplo, vai aparecer apenas como evasão escolar.

Mas o que eles perceberam foi que, mesmo nos casos em que o juiz deu sentenças punindo o sujeito homofóbico, a homofobia continuava acontecendo. Não é pelo fato de punir uma agressão que o entendimento do juiz é de punir a homofobia. Tanto que o juiz, o advogado, todas as pessoas envolvidas no processo, se preocupavam em verificar e registrar quem era o sujeito ativo, quem era o passivo, que esse sujeito agredido era vítima das suas paixões e perversões, que ele levava para o seu apartamento pessoas loucas, que podiam matar. A punição existia, mas isso muda a mentalidade das pessoas? A homofobia é comportamental, é uma questão de posição de subjetividade.

Você acredita que o debate sobre a criminalização está sendo conduzida de forma correta?

O debate sobre a criminalização e sobre a homofobia acaba acontecendo um pouco entre muros, do movimento para o movimento. Não que isso seja uma intenção do movimento. Mas é preciso contemplar os diferentes setores, ou seja, trazer a mídia para esse debate. Eu representei o Projeto Legal, como psicóloga, em um programa de

televisão, e havia, além de mim, uma deputada, um advogado etc. É uma iniciativa interessante, de levar esse debate para a televisão.

No entanto, geralmente, quando é feito, esse debate se dá com posições hegemônicas, com certos grupos e poderes instituídos. De fato, isso teria que ser debatido de maneira mais ampla. Ainda há muito que se debater, inclusive no posicionamento favorável à criminalização. Esse posicionamento deveria ser ampliado. Acredito que ele acaba ficando muito no sentido da impunidade, num discurso do senso comum. O próprio movimento social acaba, às vezes, não apoiando grupos que surjam e que venham diferir das opiniões desses grupos já legitimados. Se queremos construir um país que seja diverso, plural, com a subjetividade representada nas cores da bandeira do arco-íris, temos que dizer que essa subjetivação é plural, que as singularidades existem. As opiniões vão diferir.

Esse debate também precisa se ampliar para as diferentes autoridades. Não é uma coisa de competência só do Judiciário, de promover jurisprudências que produzam exemplos - isso seria uma solução meio “band-aid”. Mas também não é só chegar para o Legislativo e falar: “faz lei”. Onde está o Executivo, que inclui escolas, hospitais e universidades?

A 13ª Parada do orgulho LGBT trouxe como bandeira a criminalização da homofobia. Qual a sua opinião sobre isso?

Acho que o debate para construir uma cidadania homossexual, seja dos “L”, dos “G”, dos “T”, precisa ser muito ampliado, ir muito além do Sistema Penal. Por exemplo, temos situações no Centro de Referência de transexuais que já possuem filhos e estão se separando. Aí, temos todo um debate em torno dessa conjugalidade e dessa parentalidade. Isso vai muito além da adoção por casais homossexuais. Porque se fala que há muitos casais homossexuais adotando. Talvez seja interessante, nesse momento, declarar a sexualidade dessa pessoa, mas o ideal seria chegar num ponto em que falar sobre o sexo não seria mais importante, esse não seria um dispositivo normatizador, classificador da sociedade e do sujeito.

Há países que proíbem pessoas que já têm filhos de fazer cirurgia de mudança de sexo. Atendemos casos de transexuais que estão se separando, já têm filhos e estão nesse processo de cirurgia. No Brasil, não há impedimento para ela. Então, é preciso debater os efeitos simbólicos dessa mudança do registro, na criança e na pessoa, e quais são os lugares de homem e mulher que nós temos. Ou seja, promover um debate de gênero.

Outras bandeiras que poderiam ser levantadas são as da própria adoção por casais homossexuais e da união civil, que estariam mexendo num dos pilares do Estado, que é a família. Uma série de outros elementos precisa ser retomada. O movimento alega que esse projeto da união civil, do jeito que está, estaria regredindo, pelos alcances que viemos tendo em jurisprudência. Então, por que não colocar energia para reformar esse projeto?

Acho importante entender que o movimento alega que o projeto da criminalização é o que mais andou, então seria uma porta para conseguir outras coisas. Mas, quando se fala “estamos fazendo História”, o que eu digo é: “qual a história que queremos construir?”. Qual vai ser a bandeira maior, que vai conquistar mais coisa? A bandeira punitiva?

Por que você acredita que o projeto da criminalização seja o que está mais avançando?

Com certeza, tem a ver com o fato de a nossa sociedade ter uma visão punitiva. Não estou ligada diretamente ao andamento, mas se o movimento tivesse colocado mais força para outras idéias, essas idéias poderiam ter se movimentado também. Há essa visão de que está andando, mas precisamos nos perguntar que projeto queremos aprovar. Que história queremos construir? Mas esse projeto coincide com o Estado neoliberal, que demanda cada vez mais o sistema punitivo. O movimento, que é um grupo historicamente vulnerável, largado à invisibilidade social, vai repetir aquilo que fizeram com ele? Entra-se no discurso da eficiência, da rapidez. Esse é o projeto que mais andou, mas olha o que ele pede! Isso devia ser repensado.

Que outras iniciativas você considera importantes para promover uma cidadania LGBT?

É importante marcar que devíamos buscar leis como Lei da Semana de Diversidade Sexual, campanhas de adoção, incentivos a filmes, livros e museus. Não temos nenhum arquivo de personalidades homossexuais, por exemplo. Então, é preciso reivindicar movimentações mais sociais e menos punitivas por parte do Estado. Sabemos que, na hora em que o Estado começa a abrir mão de suas funções, é quando ele começa a intervir na vida com o sistema penal. Então, acho que incentivar essa cara do Brasil, esse Brasil menos punitivo e mais plural, com leis afirmativas e não punitivas, é fundamental.